

## A RECEPÇÃO REGIONAL AO DEBATE QUE PRECEDEU A LDB 4.024/1961

Rosimar Serena Siqueira Esquinsani

Universidade de Passo Fundo / UPF

Financiamento: CNPq / Universidade de Passo Fundo

### RESUMO:

Baseado em uma pesquisa documental assentada em jornais de circulação regional no norte do estado do Rio Grande do Sul, o artigo desvela a recepção regional aos discursos que conduziram o debate educacional brasileiro nos últimos anos da década de 1950, por ocasião da elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a partir do episódio conhecido como o “caso Anísio Teixeira”, protagonizado pelo educador Anísio Teixeira e pelo arcebispo de Porto Alegre, dom Vicente Scherer, que manifestou-se contra as idéias do educador citado, levantando a questão do público e do privado na educação e colocando o Rio Grande do Sul em posição de proeminência nas discussões nacionais. A vinculação do público com o estatal fazia com que a expansão da escola pública representasse a restrição do poder da Igreja nesse domínio. O estudo demonstra que regionalmente, ao centrar-se o debate em pessoas, desviou-se o foco da questão de fundo: a responsabilidade sobre o financiamento do ensino. Como conclusão, é possível afirmar que: a) os jornais regionais faziam eco ao que a imprensa do centro do país refletia sobre o caso e, b) quando havia alguma opinião original impressa, esta limitava-se a expressar dogmas embasados nas posições religiosas de quem as manifestava.

**Palavras-chave:** Anísio Teixeira – Igreja Católica – escola pública – escola privada – imprensa – ideologia – pesquisa em fontes documentais

## THE REGIONAL RECEPTION TO THE DEBATE THAT PRECEDED THE LDB 4.024/1961

### ABSTRACT:

Based in one it searches documentary seated in periodicals of regional circulation in the north of the state of the Rio Grande Do Sul, the article it shows the regional reception to the speeches that had lead the Brazilian educational debate in the last years of the decade of 1950, for occasion of the elaboration of the first Law of Lines of direction and Bases of the National Education, from the episode known as the "case Anísio Teixeira", carried out for the educator Anísio Teixeira and the archbishop of Porto Alegre, dom Vicente Scherer, that it was disclosed against the ideas of the cited educator, raising the question of the public and the private one in the education and placing the Rio Grande do Sul in position of prominent in the national quarrels. The entailing of the public with the state one made with that the expansion of the public school represented the restriction of the power of the Church in this domain. The study it demonstrates that regionally, when centering itself the debate in people, turned aside the focus of the question of deep: the responsibility on the financing of education. As conclusion, it is possible to affirm that: a ) the regional periodicals made echo to that the press of the center of the parents reflected on the case and, b) when printed had some original opinion, this limited to express it dogmas based in the religious positions of who revealed them.

**Key-words:** Anísio Teixeira - Church Catholic - public school - private school - the press - ideology - research in documentary sources

O presente artigo enfoca a recepção regional aos discursos que conduziram o debate educacional do final dos anos 1950, com destaque para o episódio que ficou conhecido nos meios de comunicação como o “caso Anísio Teixeira”, e que polemizou a questão do público e do privado em educação, em meio à discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Naquele momento, a Igreja Católica, de maneira especial, partiu para a disputa política aberta: pressionou o governo federal; articulou-se com o Parlamento e buscou mobilizar a opinião popular para a defesa da escola privada, argumentando defender a liberdade da família escolher a educação para os seus filhos. A reação dos defensores da escola pública, sobretudo através do educador baiano Anísio Teixeira foi proporcional, gerando manifestações e levando a imprensa à discussão sobre o destino da educação no país.

As posições católicas, sobretudo entre 1957 e 1959, foram eficazmente defendidas por Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre. Tais posições traziam em seu bojo não apenas o interesse privatista, mas acirravam uma verdadeira guerra ideológica na sociedade civil. Esta ratificava ou negava não apenas a escola pública e a escola privada, mas a escola pública como possibilidade do direito à educação, e a escola como propriedade privada, com a respectiva eletização do acesso ao ensino.

O texto que segue, fruto de uma pesquisa documental cotejada por uma revisão bibliográfica temática, organiza-se a partir de dois eixos básicos: a descrição do 'caso' e a recepção da imprensa regional ao mesmo.

### **O caso Anísio Teixeira**

Durante os primeiros quatrocentos anos de história oficial do Brasil, a educação deu-se, notadamente, por um processo elitista e excludente. As poucas escolas estabelecidas em solo pátrio eram privadas, na maioria das vezes mantidas e administradas por religiosos, comprometidas com a educação de uma elite dominante, que não raras vezes concluía seus estudos no exterior.

As rupturas gradativas com a sociedade agrária, latifundiária e escravista na qual o país esteve mergulhado ao longo de quatro séculos iniciaram-se no último quartel do século XIX, em movimentos que refletiam as mudanças pelas quais o mundo já estava passando. A Revolução Industrial, as idéias liberais e socialistas varriam a Europa e instituíam um novo mundo - o mundo da modernidade -, no qual não mais havia espaço para relações centradas abertamente na mão-de-obra escrava, tampouco chances de se manter acesa a unanimidade dos dogmas que haviam relegado o homem, durante toda a Idade Média, a uma dependência direta do divino, mediatizada pela Igreja.

O mundo mudava e, com ele, a educação. A velha escola tradicional já não mais atendia aos interesses de desenvolvimento do país, e a educação apenas para uma elite encontrava opositores, interessados em moldar um novo caráter para a Pátria a fim de colocá-la em dia com as mudanças do cenário mundial. O que aconteceu com a educação no período de 1889 a 1964 foi um processo de “... modernização econômica e cultural do país” (Severino, 1986, p. 78), que levou a um gradativo “... abandono da ideologia do catolicismo e a uma afirmação de uma ideologia liberal leiga autônoma” (idem).

Ora, essa transição não seria fácil. Romper com a tradição de quatrocentos anos significava arrancar raízes profundas, e esse processo de “...laicização da ideologia liberal encontrou resistência por parte da Igreja” (id., p. 78). Nesse contexto, tem-se o embate de duas forças: a escola tradicional, ou a “escola velha” (assim chamada pelos escolanovistas), e a “escola nova”.

As principais denúncias da Escola Nova davam conta de que a escola tradicional não cumpria mais o seu papel, dadas as modificações sociais que tinham vindo junto com a modernidade, já que se embasava, entre outros elementos, em uma metodologia inadequada, onde a

[...] atividade escolar consiste em “aulas”, que os alunos “ouvem”, (...) e “exames” em que se verifica o que sabem, por meio de provas escritas e orais. Marcam-se alguns “trabalhos” para casa e na casa se supõe que o aluno “estuda”, - o que corresponde a fixar de memória quanto lhe tenha sido oralmente ensinado nas aulas (...) Esta pedagogia podia perfeitamente funcionar numa escola da Idade Média (Teixeira, 1994, pp.46-47).

Além de estar amplamente vinculada à modernidade, a escola nova identificava-se com o liberalismo, com a ciência e com os pressupostos de igualdade perante a lei, vindo de encontro ao dogmatismo de fundo teológico (Severino, 1986) da pedagogia tradicional. E o Estado, como estrutura de poder e legitimação, foi a quem os dois grupos divergentes apelaram a fim de efetivarem seus projetos educacionais, tanto os defensores da escola tradicional (representados pela Igreja Católica), como os defensores da escola nova.

As primeiras manifestações do projeto escolanovista aqui Brasil podem ser situadas no período que se seguiu a Primeira Grande Guerra, sobretudo nos últimos anos das décadas de 1920 e 1930, quando intelectuais de formação liberal que endossavam, no âmbito educacional, as teses da Escola Nova e haviam sido os responsáveis pela maioria das reformas educacionais na primeira, entre eles Anísio Teixeira, acabaram, na segunda, por publicar o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), pelo qual postulavam bases pedagógicas renovadas e uma reformulação da política educacional brasileira.

Os educadores que assumiram a “vanguarda” de um projeto educacional renovador vinham se reunindo desde o final da década de 1920, em conferências nacionais promovidas pela Associação Brasileira de Educação - ABE, criada em 1924 para atuar junto aos poderes públicos no intuito de sensibilizá-los para as medidas que precisavam ser tomadas no sentido de solucionar os problemas mais graves da educação nacional. Entre essas conferências, merece destaque a IV Conferência Nacional de Educação, organizada em 1931 com o propósito de discutir as grandes diretrizes da educação popular, na qual o próprio Getúlio Vargas se fez presente, juntamente com o ministro empossado na recém-criada pasta do Ministério da Educação e Saúde Pública – Mesp, Francisco Campos. A IV Conferência foi, na verdade, o divisor de águas entre católicos e liberais, ou entre defensores da educação tradicional e escolanovistas, com projetos notadamente diferentes para a educação nacional. O evento iria influenciar a publicação do manifesto de 1932 por parte dos que buscavam a defesa da escola pública laica e gratuita.

Durante o Estado Novo, de 1937 a 1945, o clima ideologicamente rico não pôde perdurar, e o governo getulista deu indícios, na Carta Magna de 1937, de não desejar investir recursos públicos para a democratização das oportunidades à educação. Ainda, de 1942 a 1946, o governo emitiu um total de seis decretos-lei, chamados de leis orgânicas do ensino, que ordenavam de forma elitista e conservadora o ensino no país.

Entre 1946 e 1964, o Brasil foi governado pelos cânones de uma nova Carta Constitucional, de cunho liberal, que procurou garantir as discussões ideológicas (e educacionais) dentro da “ordem”. Nesse contexto, tramitou durante treze anos o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que passou por idas e vindas no

Congresso Nacional e por uma comissão mista de estudos, composta por católicos tradicionais, escolanovistas e até antigos colaboradores do Estado Novo.

É com este pano de fundo que o “caso Anísio Teixeira” tomou as páginas dos jornais e revistas de maior circulação durante os últimos anos da década de 1950. Contudo, datam de momentos anteriores os fatos que desembocaram nas discussões que configuraram o que a imprensa chamou de “caso”.

Em 1948, o Ministério da Educação e Cultura apresentou a sua proposta para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - o anteprojeto de Clemente Mariani - acirrando as discussões entre os defensores da escola pública e os contrários à maior intervenção do Estado no campo educacional, esses sob forte liderança da Igreja Católica.

A intervenção de Anísio Teixeira no debate, determinando a explicitação veemente da posição da Igreja - que o identificou como o elemento a ser combatido -, aconteceu quando ele apresentou uma conferência intitulada “A Escola pública, universal e gratuita”, no I Congresso Estadual de Educação Primária, ocorrido em Ribeirão Preto de 16 a 23 de setembro de 1956. Nessa conferência, Anísio advogou em favor da escola pública, considerada a única verdadeiramente democrática, atentando que somente os que assim quisessem é que poderiam procurar a educação privada (Teixeira, 1956).

Anísio afirmou, que um dos problemas da descaracterização de políticas educacionais voltadas para a educação pública estaria na “...relativa ausência de vigor de nossa atual concepção de escola pública e a aceitação semi-indiferente da escola particular foram e são, ao meu ver, um dos aspectos dessa desfiguração generalizada de que sofre a política educacional brasileira...” (Teixeira, 1956, p. 4).

A reação católica veio em novembro do mesmo ano, quando o deputado pe. Fonseca da Silva pronunciou um discurso no plenário da Câmara Federal, alertando o ministro da Educação contra a influência de Anísio Teixeira, insinuando estar esse vinculado ao comunismo e ir de encontro aos interesses das escolas confessionais. Seguiram-se a isso uma resposta do ministro favorável ao educador baiano e um novo discurso do deputado Fonseca da Silva, enfatizando, em 14 de dezembro de 1956 que “...o Prof. Anísio Teixeira é um autêntico intelectual marxista, visto que a sua adesão á linha marxista de educação foi enunciada na famosa conferencia lida no corrente ano em congresso de educação realizado em Ribeirão Preto” (apud Rocha, 1989, p.49). Em novo pronunciamento, Anísio posicionou-se contra o comunismo, mas reiterou sua convicção em relação à responsabilidade do Estado perante a educação pública. A polêmica seguiu no decorrer de 1957, com o envolvimento da Associação Brasileira de Educação - ABE, de cujo conselho diretor Anísio fazia parte.

Para insuflar ainda mais os ânimos católicos e de donos e gestores de escolas privadas, a portaria 1509 da Cofap, órgão de controle de preços do governo, impôs congelamento das mensalidades escolares para 1958 aos valores cobrados em 1957. Restava à Igreja Católica e aos demais donos de escolas privadas agir através da força política e do debate ideológico, sobretudo contra Anísio Teixeira, que, além de suas manifestações desfavoráveis às escolas particulares, ainda enquanto diretor do Inep,<sup>1</sup> representava o governo, este que permitia o congelamento das mensalidades, atacando diretamente o “caixa” de instituições privadas. O assunto, então, ganhou a imprensa e o debate público.

Tal debate, contudo, iria culminar com o Substitutivo Lacerda, apresentado à Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal em 26 de novembro de 1958, o qual contemplava interesses dos gestores de escolas privadas, sendo um ordenamento, quando não “transcrições literais” (Neto, 1988, p.354) das conclusões do III Congresso Nacional

do Estabelecimentos Particulares de Ensino, realizado em 1948, dez meses antes da apresentação do anteprojeto Clemente Mariani, “pontapé” inicial da LDB.

De uma forma sintética, o substitutivo Lacerda previa que: a) o ensino seria privado, cabendo ao Estado repassar os recursos financeiros às escolas e, apenas supletivamente, haveria ensino público; b) o ensino privado não seria fiscalizado pelo Estado, a apuração dos resultados escolares ficaria a cargo dos próprios estabelecimentos de ensino. (Neto, 1988, p. 355). O anunciado substitutivo iria desencadear o *Manifesto dos Educadores novamente Convocados*, em julho de 1959, além da Campanha Nacional de Defesa da Escola Pública<sup>2</sup>.

Nessa situação, Dom Vicente apresentava-se como o porta-voz das escolas confessionais do estado, assim como um dos mais ferrenhos contendores das idéias de Anísio Teixeira em nível nacional, juntamente com o então frei Paulo Evaristo Arns e dom Helder Câmara. Scherer expressava-se abertamente, defendendo as posições da Igreja como guardião da “liberdade de ensino” e da “escola livre” (privada), lançando contra Anísio Teixeira uma série de acusações, que iam desde o fato de, supostamente, o educador baiano estar “ameaçando o direito da família escolher a educação dos filhos”, até abraçar livremente posições marxistas (comunistas), contrárias à fé e à Igreja Católica.

O sentido monolítico dado à palavra *igreja* no contexto do debate, pode parecer inadequado, pois significativos setores da própria Igreja manifestarem-se em defesa de Anísio Teixeira. Contudo, Dom Vicente utilizava a palavra *igreja* como uma instituição consensual em relação ao “caso Anísio Teixeira”, dando a entender que possuía autorização para fazê-lo, pelo menos em nome de um certo grupo.

Em meio a esses fatos, a imprensa nacional, e sul-rio-grandense em especial, “deliciou-se” com dezenas de artigos noticiando o andamento dos debates, expondo opiniões dos envolvidos, abrindo espaço para pronunciamentos sobre o assunto, enfim, produzindo um rico material e legando ao futuro a possibilidade de análise e participação no “caso”.

A participação do Rio Grande do Sul no debate e pela voz de Dom Vicente Scherer, tinha uma conotação de pioneirismo. Segundo Henrique Nielsen Neto, “...o primeiro bispo a se manifestar foi Dom Vicente Scherer, de Porto Alegre, num sermão contra Anísio Teixeira” (1988, p. 352) Tal sermão, datado de 23 de fevereiro de 1958, foi proferido por ocasião do 11º aniversário de sagração episcopal de Dom Vicente, e publicado na revista *Vozes*, nos periódicos *Unitas* e *Veritas*, em diversos jornais do Rio Grande do Sul e do Brasil.

No dia 27 do mesmo mês, Anísio Teixeira respondeu às críticas de dom Vicente no artigo “Escola pública não é invenção do socialismo nem do comunismo,”<sup>3</sup> no qual contrapunha, direta e nominalmente, as acusações do arcebispo de Porto Alegre.

Durante todo o mês de março de 1958, avolumaram-se na imprensa artigos de ambos os lados, fossem pronunciamentos de dom Vicente, fossem de Anísio ou seus amigos, falando sobre o assunto. A essa altura, a imprensa denominava o episódio de “caso Anísio Teixeira”.

Em 29 de março de 1958, Dom Vicente Scherer lançou um memorial assinado por todos os bispos do estado do Rio Grande do Sul, intitulado *Memorial do Bispos Gaúchos ao Presidente da República sobre a Escola Pública Única*. O documento foi o precursor de outras manifestações da Igreja. Em abril, os bispos da província de Belo Horizonte publicaram a *Carta Pastoral* contra o monopólio estatal e pela liberdade de ensino e, em julho do mesmo ano, três cardeais e 83 bispos, reunidos em Goiânia, manifestaram-se publicamente através da *Declaração dos Cardeais, Arcebispos e Bispos do Brasil*, na qual



“...diplomáticamente revelavam que a Igreja sempre colaborara com o governo nas questões educacionais” (Nielsen, 1988, p.353).

O *Memorial dos Bispos Gaúchos*, além de ser a primeira declaração oficial da Igreja naquele momento, movimentou todo o país e chegou a abalar Anísio Teixeira. Dezenas de moções de solidariedade, inclusive por parte de alguns intelectuais sul-rio-grandenses, depoimentos e pronunciamentos ocorreram por todo Brasil, chegando-se a cogitar a demissão de Anísio da direção do Inep<sup>5</sup>.

As manifestações contrárias a Anísio reiteravam, em sua maioria, o arcabouço de denúncias feitas contra o diretor do INEP e solicitavam providências ao presidente Juscelino e ao ministro da Educação Clóvis Salgado. Ora, afastando-se Anísio do cargo, afastava-se de uma legítima esfera de influência junto ao governo e aos que estavam discutindo os rumos da educação no Brasil através da redação da LDB.

O jornal *O Globo*, refutando as acusações do arcebispo de Porto Alegre, inaugurou uma série de reportagens ao longo do mês de abril, promovendo uma enquete com educadores e intelectuais a respeito do conteúdo das acusações do *Memorial dos Bispos Gaúchos*. Ainda em abril, Anísio pronunciou-se novamente contra esse documento, em um artigo publicado em diversos jornais, denominado “Nenhuma hostilidade do Inep contra escolas particulares”.

Em 26 de abril de 1958 d. Vicente discursa novamente sobre o “caso”, na inauguração da Escola normal Santa Terezinha, em Taquara<sup>6</sup>, e em 16 de maio, o tema volta à pauta do discurso do arcebispo na inauguração da escola primária Nossa Senhora de Fátima, em Encantado. Ambos os discursos foram publicados em diversos jornais por constituírem manifestações do arcebispo de Porto Alegre “...contra a filosofia educacional agnóstica e materialista difundida por Anísio Teixeira”. (Scherer, 1958)<sup>7</sup>

Anísio Teixeira tinha consciência do caráter ideológico, de projetos em conflito que o debate com os bispos sul-rio-grandenses assumira, tanto que manifestava seu entendimento de que tal debate era algo que se localizava além de sua figura, ou do personalismo que muitos vinculavam ao episódio (Teixeira, 1958b, p.3).

Tal assertativa encontrava apoio também por parte do bispado gaúcho. Basta analisar os pronunciamentos de Dom Vicente Secherer veiculados na imprensa gaúcha e no boletim *Unitas*<sup>8</sup>, órgão oficial de divulgação da arquidiocese de Porto Alegre.

Para que os discursos episcopais tivessem acolhida entre a população e para que esta, tomando partido, pudesse se aproximar das posições católicas, havia o apelo à figura do bispo como o “... pastor e pai, que não conhece preocupações e alegrias outras que o bem espiritual e material das ovelhas de Cristo, confiadas à sua solicitude, à sua vigilância e ao seu governo” (Scherer, 1958b, p. 65). Era, pois, sob o manto de guardião que o bispo apresentava-se a toda comunidade, zelando pelo bem dos que lhe haviam sido confiados.

O “caso” apenas deixou as páginas dos jornais em fins de 1958, quando entrou em cena outro sujeito nesta história, o deputado Carlos Lacerda (UDN), com seu substitutivo francamente favorável às escolas privadas. Os clérigos, então, saíram do debate, porém haviam deixado sua contribuição aos rumos que tomara a futura Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Anísio estava combalido, senão pelo desgaste de seus argumentos, pela excessiva exposição à opinião pública, e o recado estava dado: era preciso garantir espaços legais para a escola privada a fim de garantir a liberdade de escolha dos pais da escola para seus filhos, o que vinha ao encontro da “...tradição cristã do povo brasileiro”. (Scherer, 1958a).

### A recepção regional ao 'caso'

Assim como a imprensa nacional, a imprensa da região norte do Rio Grande do Sul também deliciou-se com o 'caso' Anísio Teixeira. Na recepção e (re) leitura regional do episódio, alguns aspectos merecem destaque, por constituírem 'condições' do ponto de vista, da opinião pública formada sobre o caso.

Para composição do texto em tela, foram utilizadas 108 reportagens veiculadas na imprensa nacional no ano de 1958, além de 46 reportagens nos dois principais jornais de circulação regional no planalto sul-rio-grandense.

Importa sublinhar, inicialmente, uma peculiaridade: o uso regional de expressões estrangeiras, 'estrangeirismos' para designar o episódio, como 'affaire' frequentemente empregado no lugar do termo 'caso'. Tais estrangeirismos são uma tônica na redação dos jornais no período. É muito comum o uso de expressões em inglês e francês para narrar o cotidiano sendo, com alguma incidência, empregados de forma equivocada.

Diante do conteúdo do debate, os jornais regionais faziam eco ao que a imprensa do centro do país refletia sobre o caso. Os depoimentos, reportagens, editoriais e matérias publicadas no centro do país tinham transcrição literal nas páginas dos jornais regionais.

O conteúdo dos pronunciamentos não era objeto de nenhuma consideração posterior, nenhuma crítica, editorial ou comentário, mas simplesmente transcrito com títulos que chamavam a atenção para o seu teor belicoso.

Quando, entretanto, havia alguma opinião original impressa, esta limitava-se a expressar dogmatismos embasados nas posições religiosas de quem as manifestava. Não se discutiam políticas de financiamento da educação, mas a polarização do debate nominal, em torno de Dom Vicente Scherer e Anísio Teixeira.

São ainda registrados nos jornais de circulação regional eventuais debates acerca da polarização da discussão em torno de Dom Vicente e Anísio Teixeira, sem que os jornais tragam algum posicionamento acerca de políticas de financiamento da educação ou da importância do debate no contexto de gestação de uma Lei de Diretrizes e Bases para a educação nacional. Os debates são centrados em posições favoráveis ou contrárias à Igreja Católica, como se fosse um debate religioso-doutrinário.

Os estudantes passo-fundenses realizaram uma reunião para debater o caso e tomar uma atitude em face da questão. Os debates foram os mais amplos e agitados... Findos os debates, foi o assunto posto a voto, vindo o resultado de 15 votos favoráveis à permanência do professor Anísio Teixeira na direção do INEP... Na ocasião foi proposto que se telegrafasse ao professor Anísio Teixeira, informando-o da solidariedade dos estudantes locais...<sup>9</sup>

No contexto de construção da recepção regional ao episódio, os jornais regionais têm seus registros tomados como *documentos de domínio público*: produtos sociais tornados públicos que, como diz Peter Spink (1999),

...eticamente estão abertos para análise por pertencerem ao espaço público, por terem sido tornados públicos de uma forma que permite a responsabilização. Podem refletir as transformações lentas em posições e posturas institucionais assumidas pelos aparelhos simbólicos que permeiam o dia-a-dia ou, no âmbito das redes sociais, pelos agrupamentos e coletivos que dão forma ao informal, refletindo o ir e vir de versões circulantes assumidas ou advogadas (p. 136).

A utilização de jornais de circulação regional como fonte para a recuperação da evolução factual de um determinado período, bem como de seus projetos, das suas polêmicas, e da ideologia que circulava na região é questão nodal. O cotidiano brota de suas colunas, editoriais e reportagens; com a forte presença de observações prosaicas, mas também com o traço de preocupações maiores com o futuro da comunidade, de onde reluz a questão da educação enquanto ponto nevrálgico de progresso material para a cidade.

Justamente por esta razão, sua abrangência ratifica-o enquanto órgão difusor de idéias e sujeitos; legitimando ou negando eventos; manifestando (e neste processo igualmente formando) juízos de valor, pois é através do jornal local que dezenas de milhares de pessoas ficam interadas das principais notícias e acontecimentos de sua cidade e região, construindo referenciais e opiniões.

### **Por uma síntese provisória...**

A década de 1950 foi um momento histórico propício para o debate de posições ideológicas. A redemocratização pós-Estado Novo; as discussões geradas ao longo de anos em torno da redação final da futura Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional - o que colocava em situações-limite defensores da escola pública e aqueles que desejavam uma maior pauta para a escola privada -; a Guerra Fria; a ruptura com o projeto fundamentado no princípio de autoridade assumido pela Igreja Católica, que vinha perdendo espaço desde ao final da relação oficial entre a instituição e o Estado no Brasil, estabelecendo o laicismo como parâmetro para as relações entre essas; bem como o processo de modernização da sociedade brasileira que acompanhava a tendência mundial, desenharam o momento ideologicamente rico para o debate sobre o público e o privado em educação no Brasil, com a participação direta do Rio Grande do Sul por intermédio do arcebispo de Porto Alegre.

O público então ligado ao estatal representava, na década de 1950, a cessão de poderes sobre a educação ao Estado, poder esse que durante quatrocentos anos esteve basicamente com a Igreja Católica, pois durante esse tempo - ou durante a Colônia e o Império - o Estado, no Brasil, quase não se manifestou em relação à educação, assumindo um caráter suplementário. Assim, data da virada do século XIX a tentativa de inverter o papel supletivo do Estado em relação à iniciativa privada, passando a construir e a manter escolas públicas.

Nesse contexto, não era apropriado para a Igreja a discussão de políticas de financiamento da educação, pois discutir tal questão era localizar a escola confessional como escola particular. Dessa forma, o foco do debate foi oportunamente deslocado para centrar-se em pessoas, pois "...discutindo-se sobre pessoas, não se aprofundam idéias, antes, espriam-se, diluindo-as em fatos e circunstâncias desnecessários" (Neto, 1988, p.352).

O foco saiu do mérito da questão do financiamento do ensino e centrou-se, ideologicamente, na discussão de pessoas que exerciam cargos de direção na educação em nível nacional, como Anísio Teixeira e seu suposto envolvimento com a doutrina comunista, fundamentada no materialismo, que se opunha à doutrina sobre a família brasileira, defendida ferrenhamente pela Igreja.

Anísio, chamado nominalmente para o debate através dos pronunciamentos de Scherer, desde 1957, rebatia defendendo o direito da família escolher a escola/educação para seus filhos, contanto que pudesse fazê-la pautada em seus próprios recursos financeiros. A resposta de Scherer era a suposta laicização da escola pública, logo o descomprometimento com os valores cristãos, argumento de peso em um país de forte tradição católica.



Reiterava Anísio que nada tinha contra as escolas particulares, considerando, mesmo salutar que elas coexistissem com escolas públicas, desde que se mantivessem com recursos próprios. Para Anísio, a escola privada deveria gerenciar-se com recursos privados, e não buscar o *status* de pública, recebendo verbas do Estado.

Ora, na medida mesma em que dom Vicente conseguiu movimentar o país para atacar nominalmente Anísio Teixeira, as questões de fundo ficavam de fora da pauta de discussões, sendo difícil, depois, explicar para a opinião pública por que o substitutivo Lacerda era um agravo ao direito não de escolha, mas ao direito de educação.

Quanto a recepção regional ao episódio, cumpre destacar que dentro do contexto cotidiano, a mídia informativa (jornais) foi especialmente importante, já que ela se tornou — direta ou indiretamente — fonte para o fornecimento dos recursos de que a população dispunha para informar-se e, por conseguinte, opinar sobre o 'caso'. Assim, aquilo que os meios de informação veiculavam foi significativo do ponto de vista da percepção da realidade social que estava disponível para os consumidores.

As matérias destaques no jornal passaram, desta forma, a compor a pauta do que seria discutido pela sociedade regional, assim como os pontos de vista (amores e desafetos) do jornal também plasmaram-se, em alguma medida, nos pontos de vista da sociedade leitora/consumidora deste jornal e das suas opiniões.

### Referências Bibliográficas

- COUTINHO, Afrânio. Educação pública e particular. Última Hora. Rio de Janeiro, 27 de abril de 1958 - site <http://www.prossiga.br/anisioteixeira/>
- NIELSEN Neto, Henrique. *Filosofia da educação*. São Paulo: Melhoramentos, 1988.
- ROCHA, João Augusto de Lima. Igreja versus Anísio Teixeira. *Cadernos do IAT* n. 2, Salvador: Instituto de Estudos e Pesquisas em Educação Anísio Teixeira – IAT – 1989. (Série Memória da Educação)
- SCHERER, Vicente, Arcebispo. *Memorial dos bispos gaúchos ao Presidente da República sobre a Escola Pública Única*. Petrópolis: Vozes - v.52 - maio 1958a. p.362-364.
- SCHERER, Vicente, Arcebispo. Discurso do senhor Arcebispo metropolitano por ocasião do seu 11º aniversário de sagração episcopal. *Revista Veritas*, ano III – março, nº 01. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1958b.
- SEVERINO, Antonio J. *Educação, ideologia e contra-ideologia*. São Paulo: EPU, 1986.
- SPINK, P. Análise de documentos de domínio público. Em M. J. P. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. (pp.123-151). São Paulo: Cortez, 1999.
- TEIXEIRA, Anísio. *Porque Escola Nova?*. Boletim da Associação Bahiana de Educação. Salvador: Livraria e Tipografia do comércio, 1930 – Informação por correio eletrônico - site <http://www.prossiga.br/anisioteixeira/>
- \_\_\_\_\_. Bases da teoria lógica de Dewey. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.23, n.57, jan./mar. 1955. p.3-27.
- \_\_\_\_\_. A escola pública universal e gratuita. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.26, n.64, out./dez. 1956. p.3-27.
- \_\_\_\_\_. Escola pública não é invenção do socialismo nem do comunismo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27.fev.1958a.
- \_\_\_\_\_. *Falando francamente*. Entrevista. Programa de TV. 1958b. Debatedor: ARNALDO NOGUEIRA – Informação por correio eletrônico - <http://www.prossiga.br/anisioteixeira/>
- \_\_\_\_\_. Sou contra, sou a favor. *Jornal Diário de Notícias*, Porto Alegre, 16.abr. 1958c.

\_\_\_\_\_. Nenhuma hostilidade do Inep contra escolas particulares (Entrevista). *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1958d – Informação por correio eletrônico - <http://www.prossiga.br/anisioteixeira/>

\_\_\_\_\_. O ensino cabe à sociedade. *RBEP*. Rio de Janeiro, v.31, n.74, 1959a.

\_\_\_\_\_. *Carta a San Tiago Dantas*. Rio de Janeiro, 21 de julho de 1959b. Localização do documento: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC – Arquivo Anísio Teixeira (Atc 32.04.22/3). Informação por correio eletrônico.

\_\_\_\_\_. Anísio. *Educação e o mundo moderno*. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1977.

\_\_\_\_\_. *Educação não é privilégio*. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

\_\_\_\_\_. *Educação é um direito*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

#### FONTES:

JORNAL Correio do Povo, Porto Alegre/ RS, ano de 1958.

JORNAL Diário de Notícias, Porto Alegre/ RS, ano de 1958.

JORNAL O Nacional, Passo Fundo/ RS, ano de 1958.

JORNAL Diário da Manhã, Passo Fundo/ RS, ano de 1958.

REVISTA Brasileira de Estudos Pedagógicos, anos de 1955 a 1960.

SITE: <http://www.prossiga.br/anisioteixeira/>, organizado pelo Cnpq.

UNITAS – Boletim da Arquidiocese de Porto Alegre – Anos XLVI e XLVII. Porto Alegre: Cúria Metropolitana, 1957 e 1958.

VERITAS – Revista – Porto Alegre: PUCRS, 1957, 1958 e 1959.

---

<sup>1</sup>O INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - foi criado pela lei nº. 378, em 13 de janeiro de 1937, e sua principal função era a pesquisa para orientar a formulação de políticas públicas. Sob a direção de Anísio Teixeira, já na década de 1950, o Inep viveu uma fase de grande expansão e fortalecimento, constituindo-se num importante laboratório de políticas educacionais. Atualmente, o Inep denomina-se (com justiça) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

<sup>2</sup>A Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública caracterizou-se por uma série de eventos (notadamente a publicação de artigos e editoriais), de dezembro de 1958 até a aprovação da redação final da LDB, em 22 de janeiro de 1960, que seria sancionada, em dezembro de 1961, sob o nº 4. 024/61.

<sup>3</sup>Publicado, inicialmente, no jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1958.

<sup>5</sup>Por exemplo Érico Veríssimo, que refere-se a "...impertinência com que é tratado o nosso grande Anísio Teixeira" (Jornal Diário de Notícias, 19 de abril de 1958).

<sup>6</sup>Jornal Diário de Notícias, Porto Alegre, 29 de abril de 1958, artigo "O Estado e o ensino".

<sup>7</sup>Jornal *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 maio 1958, artigo "Nova manifestação de Dom Vicente Scherer".

<sup>8</sup>O boletim *Unitas* foi criado em 1913 e editado trimestralmente pela arquidiocese de Porto Alegre, para ser enviado às paróquias, dioceses e congregações religiosas. No boletim eram publicados documentos e resoluções do Vaticano, discursos do arcebispo de Porto Alegre, textos referentes a encontros da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB - e do episcopado gaúcho, além de questões de ordem organizativa.

<sup>9</sup>"A polêmica entre os bispos católicos e o professor Anísio Teixeira agita os estudantes passo-fundenses", Jornal O Nacional, de 28/04/1958. Cumpre observar que tal debate deu-se entre os representantes dos grêmios estudantis das maiores escolas de Passo Fundo: duas escolas públicas e uma confessional metodista, que se manifestaram francamente favoráveis a Anísio Teixeira; e duas escolas confessionais católicas que, obviamente, cerraram fileiras contra o educador baiano.

Artigo recebido em: 30/03/2008

Aprovado para publicação em: 21/12/2008